

Evolucionismo e racismo no Brasil 1870-1940: uma investigação acerca do conceito de raça¹

Evolutionism and racism in Brazil 1870-1940: an investigation into the concept of race

WILSON ANTONIO FREZZATTI JR.²

Resumo: O objetivo deste artigo é mostrar em que sentido a noção de raça pode ser considerada metafísica, ou seja, abstrata, absoluta e ahistórica, sendo inseparável do pensamento racista, mesmo daquele com pretensa fundamentação científica. Entendemos o racismo como o desprezo e a hierarquização das diferenças existentes entre os seres humanos. Como pano de fundo histórico, apresentamos as principais formas que o racismo ocorre no pensamento brasileiro de 1870 a 1940.

Palavras-chave: Evolucionismo. Raça. Racismo.

Abstract: The aim of this article is to show in what sense the notion of race can be considered metaphysical, that is, abstract, absolute and ahistorical. This notion is inseparable from racist thinking, even from that which is supposed to be scientifically based. We understand racism as the contempt and the hierarchization of the differences that exist between human beings. As a historical background, we present the main forms of racism in Brazilian thought from 1870 to 1940.

Keywords: Evolutionism. Race. Racism.

Todos os conceitos, nos quais se colige semioticamente um processo inteiro, esquivam-se à definição: definível é somente aquilo que não tem história. (Genealogia da moral, II § 13; NIETZSCHE, 1999, v. 5, p. 317).

Introdução

O pressuposto fundamental deste trabalho é que o conceito de raça está estreitamente ligado ao pensamento racista europeu. Esse conceito, que parece ser desprovido de uma realidade biológica, produz simplificações e semelhanças que passam por cima da história dos indivíduos. Classificar as pessoas por meio de

¹ Este texto tem como base as nossas palestras proferidas, nos dias 07 e 21/07/2005, no curso “Diversidade étnico-racial: proposta pedagógica e estratégias de atuação”, coordenado pela Profa. Francy Rodrigues da Guia Nyamien, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIOESTE / Campus Toledo. Nossa intenção foi fazer uma crítica sobre o conceito de raça, principalmente na forma em que ele foi utilizado em nossa história, e, para que este trabalho pudesse ser feito, sou devedor dos dados históricos apresentados nas obras citadas.

² Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), Professor Associado de Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) (graduação e pós-graduação) e Professor do Mestrado em Filosofia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Coordena o Grupo de Estudos Nietzsche (GEN) e é membro do Grupo Internacional HyperNietzsche. Escreveu os livros: *Nietzsche contra Darwin* (2001, 2014), *A fisiologia de Nietzsche: a superação da dualidade cultura/biologia* (2006, 2022) e *Nietzsche e a psicofisiologia francesa do século XIX* (2019). Foi tutor do PET-Filosofia de abril de 2010 a março de 2013. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7519-3789> E-mail: wfrezza@uol.com.br

categorias abstratas e absolutas, isto é, por meio de universalizações ou generalizações que apagam as características particulares de cada indivíduo, propicia a dominação dessas mesmas pessoas. Ao rotular grupos de indivíduos como o “outro”, criam-se identidades categoriais que desconsideram que acima de tudo somos seres humanos e que a principal característica dos seres humanos, como de qualquer outro ser vivo, é a diversidade. Esquece-se ou esconde-se que numa mesma “raça” os indivíduos são tão diferentes quanto dois indivíduos de “raças” diferentes. A diferença racial, na história de “nossa civilização europeia”, presta-se a definir e tentar fixar quem é superior e inferior e, conseqüentemente, quem pode exercer o poder e quem deve ser dominado. Da mesma forma que a ciência classificou a natureza para poder dominá-la, o conceito de raça classifica os seres humanos para justificar os atos de dominação. Para isso, é necessário apagar as diferenças e a história dos indivíduos e criar gêneros abstratos, geralmente hierárquicos. A raça é uma categoria semelhante às distinções cidadão/bárbaro (Grécia e Roma clássicas), cristão/pagão (Idade Média) e civilizado/selvagem (antropologia do século XIX). Em outras palavras, o racismo tem como fundamento o próprio conceito de raça. O preconceito racista já está embutido nas entranhas da ideia da existência real de grupos homogêneos que se estabelecem por um conjunto estreito de características naturais. Queremos destacar o aspecto massificador e ahistórico do pensamento racista.

Para justificar o que dissemos acima, apresentaremos um breve histórico do racismo no pensamento brasileiro de 1870 a 1940 e suas principais influências científicas. Em seguida, abordaremos aspectos da noção de raça, tentando entendê-la como um conceito metafísico, ou seja, abstrato, absoluto e ahistórico. Utilizamos, neste texto, a definição de racismo proposta por Schwarcz: “a condenação das diferenças existentes entre os homens” (SCHWARCZ, 2001, p. 10).

Ciência e Evolucionismo no século XIX: O racismo justificado cientificamente

O pensamento racista recebe uma fundamentação e uma sistematização científicas no século XIX durante o desenvolvimento da Antropologia e das concepções evolucionistas (cf. SCHWARCZ, 2001, p. 17). Nesse período, idéias evolucionistas se misturam com noções positivistas de progresso linear e contínuo do desenvolvimento humano. Auguste Comte via o progresso humano como uma seqüência de modos de pensar que se sucediam na seguinte ordem rígida: teologia, metafísica e positivismo. Herbert Spencer, em *Princípios de Sociologia* (1876), entendia a sociedade, tal qual a natureza, regida por leis rígidas que garantiam um progresso humano linear e inexorável. Para Morgan, Frazer e Tylor, considerados os fundadores da Antropologia, as etapas fixas e pré-determinadas do desenvolvimento humano eram selvageria, barbárie e civilização.

Embora possamos considerar que os textos darwinianos não tenham conteúdo racista, suas ideias sobre a evolução tiveram ampla repercussão entre aqueles que claramente produziam um pensamento racista. Charles Darwin publica a *Origem das Espécies* em 1859 e *A Descendência do Homem* em 1871. No primeiro livro, o biólogo inglês expunha sua teoria da evolução sem se referir ao homem. No segundo, ocorre a aplicação da luta pela existência e da seleção natural ao homem. *A descendência do Homem* tinha três perguntas como eixos norteadores (cf. DARWIN, 1871, p. 2-3): 1. O homem, como toda outra espécie, descende de uma forma pré-existente?; 2. Como o homem se desenvolve?; e 3. A importância das diferenças entre as supostas raças. Segundo Darwin, o homem, como qualquer outro animal, varia em sua estrutura corporal e nas faculdades mentais, sendo transformado. Uma espécie ou raça humana substitui a outra, como em qualquer outro animal. O desenvolvimento do homem, como qualquer ser vivo, se dá por meio de variabilidade, seleção natural e seleção sexual. Um ser vivo é sujeito a inúmeras variações e algumas delas, por auxiliarem a sobrevivência do indivíduo, são selecionadas na luta pela existência. Os ancestrais do homem estavam sujeitos à luta pela existência e, portanto, à seleção natural. O homem selvagem teria um vigoroso estado de saúde, pois nele a seleção natural atuaria, enquanto a civilização, por compaixão, bloquearia esse processo seletivo. Em animais sociais, como é o caso da espécie humana, a seleção natural preserva variações benéficas à comunidade. As tribos mais populosas dominariam as outras, porque teriam um grande número de homens sagazes, e a técnica superior vence. Essa inteligência seria transmitida hereditariamente. Porém, o progresso não é inexorável: além de moral e inteligência elevadas, depende de condições favoráveis³.

Enquanto a seleção natural envolve o sucesso de ambos os sexos, em todas as idades, em relação às condições gerais da vida, a seleção sexual envolve o sucesso de certos indivíduos sobre outros do mesmo sexo em relação à reprodução. A seleção sexual atua sobre variações que são indiferentes para a sobrevivência, mas importantes para reprodução e diferenciou, no homem, os sexos e as raças (polimorfismo). Para obter sucesso na reprodução, certas características foram selecionadas para superar os rivais (principalmente nos machos) e para atrair o sexo oposto (principalmente nas fêmeas). As faculdades mentais do homem, para o biólogo inglês, foram desenvolvidas na luta dos machos pelas fêmeas: o sexo masculino teria maior inteligência como o pavão é mais ornamentado que a fêmea. Na sociedade civilizada, haveria pouca atuação da seleção sexual, porque a razão, em certa medida, teria substituído o instinto.

É na resposta à terceira questão que o pensamento de Darwin sobre a raça aparece com mais clareza. Observemos que a pergunta menciona *supostas* raças: o

³ Segundo Darwin, o homem desenvolveu-se muito onde a seleção natural foi severa. Na América do Sul, onde as condições de vida seriam mais fáceis, os colonizadores espanhóis tornar-se-iam indolentes e retrógrados.

biólogo inglês, da mesma forma que fazia com os conceitos de espécie, gênero, família, etc., não entendia a raça como uma realidade natural, mas apenas como uma convenção humana⁴. As diferenças externas entre as raças humanas não são devidas à ação direta das condições de vida, nem às características herdadas pelo uso ou desuso de partes: a cor da pele não tem relação com a exposição ao Sol. A seleção sexual é a causa principal das diferenças raciais e estas se originaram logo no início da humanidade, pois nesse período aquela seleção agia mais fortemente. Se as diferenças raciais fossem importantes, elas teriam sido fixadas ou eliminadas em todos os homens por seleção natural. Cada raça tem um padrão de beleza próprio, inato e herdado por hábito: não há padrão de beleza universal, da mesma forma que não há uma característica que seja universalmente vantajosa na luta pela existência.

Portanto, pelo exposto acima, é possível não atribuir às ideias de Darwin um caráter racista. No entanto, elas foram inspiradoras do chamado darwinismo social, este sim com aspectos fortemente racistas⁵. Na Europa do século XIX, tomavam corpo, muitas vezes à sombra do darwinismo social, os determinismos geográfico e racial. Buckle (*History of the English Civilization*, 1845), por exemplo, afirmava que, no Brasil, a vegetação era tão abundante que sobrava pouco lugar para os homens e a civilização (cf. SCHWARCZ, 2001, p. 17-20). O determinismo racial tinha como principais pressupostos:

1. Raças como realidades ontológicas: Arthur Gobineau (*Essai sur l'inégalité des races humaines*, 1853) e G. Le Bon (*Les lois psychologiques de l'évolution des peuples*, 1894);
2. Continuidade entre características físicas e morais: a divisão de raças implicava necessariamente a divisão de culturas;
3. Comportamento determinado pelo grupo racio-cultural e não pelo arbítrio do indivíduo: Paul Broca (*Frenologia*, 1864) e Cesare Lombroso (*L' uomo delinquente*, 1876).

As principais consequências dessas ideias são a hierarquia racial, os projetos políticos eugenistas⁶ e a ideia de que a capacidade humana é hereditária e não sofre influência da educação.

Joseph Arthur Gobineau, que esteve no Brasil e, a convite do governo de D. Pedro II, escreveu artigos, sob remuneração, na França, elogiando nosso país e seu

⁴ O termo espécie assim como variedade, gênero, etc., não é utilizado de modo determinado por Darwin: “considero o termo espécie como arbitrariamente dado para um conjunto de indivíduos estreitamente semelhantes entre eles, e que ele não difere essencialmente do termo variedade, que é dado às formas menos distintas e mais flutuantes. O termo variedade, novamente, em comparação com meras diferenças individuais, é também aplicado arbitrariamente e para simples conveniência” (DARWIN, 1985, p. 108).

⁵ Sobre a relação entre Darwin e o darwinismo social, cf. FREZZATTI, 2014, p. 37-66.

⁶ Francis Galton, em 1883, cria a palavra “eugenia”, que significa boa geração.

futuro, desprezava o povo brasileiro, pois este estaria irremediavelmente degenerado pela miscigenação e, conseqüentemente, fadado ao desaparecimento (cf. ZENHA, 2004, p. 70-75). Chegou a escrever: “Trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia” (apud SCHWARCZ, 2001, p. 23).

Cesare Lombroso inaugura a chamada Antropologia criminal, cujo objetivo é capturar o criminoso antes de cometer o ato (cf. SCHWARCZ, 2001, p. 20). A tendência ao crime seria revelada por determinadas características físicas. As psicopatologias e os transtornos de personalidade antissociais teriam causas hereditárias. Os criminosos seriam indivíduos em estágios primitivos da evolução.

Biólogos, como o alemão Ernst Haeckel, criavam teorias em que o progresso estava associado ao sucesso de determinada raça e em que raças diferentes estariam em diferentes estágios de evolução. Divulgador do darwinismo na Alemanha e idealizador da primeira árvore evolutiva com animais existentes e fósseis, Haeckel afirmou ao receber Bismarck na Universidade de Jena: “Enquanto o ribombar dos canhões na Batalha de Königgrätz em 1866 anunciava a queda do antigo Regime Federal Alemão e o início de um novo esplêndido período na história do *Reich* alemão, aqui em Jena nascia a história do *Phylum* [*Stammesgeschichte*]” (Apud GASTMAN, 2017, p. 18). Por *Phylum*, Haeckel entendia um grupo superior cuja integridade racial é explicada pela evolução através de lutas e seleção. O novo estado prussiano, a seu ver, estava passando pelo mesmo processo (cf. DESMOND; MOORE, 1995, p. 562-563). Sua escala evolutiva da sensibilidade separava em diferentes níveis o homem civilizado e o selvagem (HAECKEL, 1904, p. 265): I – átomos; II – moléculas; III – bactérias; IV – células; V – agrupamento de células; VI – plantas inferiores; VII – plantas superiores; VIII – animais inferiores (celenterados, espongiários); IX – animais superiores (celomados); X – artrópodes e vertebrados (consciência nascente); XI – répteis, aves e mamíferos; selvagens e bárbaros (consciência e pensamento); XII – civilizados (atividade intelectual criadora na arte e na ciência).

O pensamento racista no Brasil

Antes de 1870, sob a influência do Romantismo, o sertanejo era considerado forte e saudável e o indígena era o símbolo da identidade nacional⁷. José Bonifácio de Andrade e Silva, o Patriarca da Independência, por exemplo, tinha um projeto de reforma do Brasil em que a mistura de raças era vista como sinal de vitalidade (cf. SILVA, 2004, 84-87). O grande destino do Brasil dependeria do convívio ordenado de uma população heterogênea em um corpo sólido e político. O Estado, como agente civilizador, teria a “sagrada missão de instruir, emancipar, e fazer dos Índios e dos

⁷ O indígena era a alegoria do próprio Império Brasileiro, como se vê em inúmeras gravuras, pinturas e esculturas do período.

Brasileiros uma Nação homogênea e igualmente feliz”, bem como de eliminar a condição degradada dos negros, os quais, enquanto “escravos”, transformavam-se em “entes vis e corrompidos”. Os obstáculos ao desenvolvimento do Brasil, e também de Portugal, teriam suas raízes numa elite composta por homens “ignorantes, vadios, vis, intrigantes e devassos” e no descuido com a questão do indígena e do negro. Dever-se-ia integrar esses grupos à sociedade por meio de casamentos interraciais e da regulamentação da escravidão, além de se preocupar em preparar a liberdade dos escravizados.

A partir de 1870, no entanto, teorias racistas são adotadas no Brasil⁸. Através dos museus e da Medicina legal, as ideias do anatomista e antropólogo francês Paul Broca entram no país: a miscigenação passa a ser considerada um perigo (cf. SEYFERTH, 1996, p. 48). O biólogo suíço Louis Agassiz afirmou em 1865:

[...] que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que a separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia e capacidade mental. (apud SCHWARCZ, 2001, p. 23).

131

Veremos como essas idéias repercutiram na relação do governo brasileiro e do pensamento dominante com os indígenas, negros e imigrantes, na qual estes eram vistos através do filtro racial.

“O que fazer com os índios?”

Em 1875, os indígenas remanescentes do processo de colonização já estavam praticamente em vias de extinção. Estima-se que, naquela época, seriam aproximadamente um milhão de pessoas. Antes da abolição da escravatura, a questão do indígena para o futuro da jovem nação brasileira era central. No último quarto do século XIX, o debate sobre os habitantes originais de nossa terra perguntava “O que fazer com os índios?”. As opções que se apresentavam eram: catequização e civilização, remoção, extermínio ou simplesmente deixá-los sucumbir à suposta degeneração racial (cf. MONTEIRO, 1996, p. 15-22). Von Martius, em 1845, decretara que a raça vermelha já trazia visível o germen do desaparecimento rápido. A *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, em 1904, considerava os indígenas não uma raça

⁸ Segundo Sílvio Romero, uma intelectualidade propriamente brasileira forma-se a partir de 1873 com uma mescla entre o pensamento político republicano e darwinismo, spencerianismo e monismo alemão (Haeckel) (cf. SCHWARCZ, 2001, p. 25-26). Estas três últimas correntes substituíram o positivismo comtiano.

selvagem, mas uma raça degenerada que se tornou selvagem (cf. SCHWARCZ, 2003, p. 170).

A nascente Antropologia brasileira, de modo geral, postulava a inferioridade dos não europeus e que o cruzamento com os europeus produziria a elevação da raça. Assim, os tupis (“colaboradores” da colonização portuguesa) teriam uma maior capacidade craniana que os botocudos (tapuias), selvagens recalcitrantes. Havia uma oposição entre aqueles que defendiam que a civilização era o destino comum de toda a humanidade e aqueles que achavam que ela só seria alcançada por algumas raças. A hegemonia europeia do século XIX fez com que a segunda corrente se fortalecesse no último quarto desse século⁹. Lacerda Filho e Peixoto (1876) do Museu Nacional afirmaram: “Pela sua pequena capacidade craniana, os Botocudos devem ser colocados a par dos Neo-Caledônios e dos Australianos, isto é, entre as raças mais notáveis pelo seu grau de inferioridade intelectual. As suas aptidões são, com efeito, muito limitadas e difícil é fazê-los entrar no caminho da civilização” (apud MONTEIRO, 1996, p. 19).

Nessas interpretações, os representantes do Museu Nacional não escondiam sua inspiração evolucionista e positivista, como, por exemplo, Ladislau Neto (1882):

E perdoai-me senhores, se vos pareço exagerado no que vos aqui exponho, mas deveis confessar que, estudados detidamente os organismos na sua ascendência gradual, e bem apreciadas as qualidades superiores que logrou adquirir a raça indo-germânica, máxima expressão do aperfeiçoamento humano, como que achamos maior diferença entre os mais cultos e os mais imperfeitos e bestiais indivíduos humanos, do que entre estes últimos e os gorilas e chimpanzés. (apud MONTEIRO, 1996, p. 20).

132

Por volta de 1875, os indígenas foram pensados como alternativa à escravidão dos negros. No entanto, suas características raciais seriam um empecilho para isso. A força e o vigor do selvagem brasileiro, cantados em verso e prosa pelo Romantismo, eram agora negados. Lacerda Filho (1882), novamente, defende a inferioridade do indígena brasileiro e, ainda, alardeia a utilidade social da Antropologia científica:

A conseqüência importante deste fato [testes comparativos] seria que o nosso indígena, mesmo civilizado, não poderia produzir a mesma quantidade de trabalho útil, no mesmo tempo, que os indivíduos de outra raça, especialmente da raça negra [...] O índio não poderia

⁹ Uma curiosa passagem de *Madame Bovary* (1857), de Gustave Flaubert, ecoa essas ideias: “Os pequenos Homais, apesar de sua independência, não podiam mover-se sem um vigia atrás deles; ao menor constipado, o pai [o farmacêutico Homais] os enchia de xaropes e, até depois de quatro anos, traziam todos eles, implacavelmente, bonés enchumaçados. Aquilo já era mania da Sra. Homais; e o marido se irritava intimamente com essas coisas, temendo os possíveis resultados de tal compressão sobre os órgãos do intelecto, o que o fazia dizer: - Você quer fazer deles caraíbas ou botocudos?” (FLAUBERT, 1994, p. 90).

substituir o negro como instrumento de trabalho [...] Eis aí como de um problema antropológico deduz-se um problema econômico e industrial, o que mais uma vez demonstra que a antropologia não é uma ciência meramente especulativa, mas que ela é susceptível de ter aplicações práticas e úteis. (apud MONTEIRO, 1996, p. 20).

Já que a inferioridade do “índio” estava “cientificamente demonstrada”, as opções que levavam em conta seu desaparecimento ganhavam certa força. Agora a questão era: extinção por seleção natural ou extermínio do indígena? Para alguns, uma interpretação equivocada do pensamento de Darwin¹⁰ justificaria o abandono dos indígenas à sua própria sorte, como, por exemplo, J. V. Magalhães em *O selvagem* (1876):

Não devemos conservar, pois, apreensões e receios a respeito dos futuros habitantes do Brasil. Cumpre apenas não turbar, partindo de prejuízos de raças, o processo lento, porém sábio, da natureza. Nosso grande reservatório de população é a Europa, não continuamos a importar africanos; os indígenas, por uma lei de seleção natural, hão de cedo ou tarde desaparecer, mas se formos previdentes e humanos, eles não desaparecerão antes de haver confundido parte de seu sangue com o nosso, comunicando-nos as imunidades para resistirmos à ação deletéria do clima intertropical que predomina no Brasil. (apud MONTEIRO, 1996, p. 21).

133

Para outros, como Herman von Ihering, diretor do Museu Paulista, atual Museu do Ipiranga, os “índios” eram um obstáculo à civilização do país (cf. SCHWARCZ, 2001, p. 34). Em 1911, nas páginas de *O Estado de São Paulo*, Ihering pede o extermínio dos Kaingang, pois impediam o progresso e a civilização - no caso, a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil¹¹.

O que fazer com os libertos?

Em meados do século XIX, para alguns, a abolição da escravatura era requisito do progresso, que se identificava com o branqueamento da população e a substituição da mão de obra escravizada¹². A escravidão – mas também o próprio negro – eram vistos como obstáculos ao processo de civilização brasileiro (cf. PEDRO et al., 1988,

¹⁰ Para Darwin, a compaixão é uma característica humana, sem ela deixamos de ser humanos (cf. DARWIN, 1871, p. 167-170). Quanto maior for a amplitude de seres humanos abarcado por um amor desinteressado, maior o desenvolvimento da espécie.

¹¹ As reações contra essa sugestão desembocaram na criação do Serviço de Proteção aos Índios, atual FUNAI.

¹² Embora houvesse intelectuais negros e resistência (fugas, revoltas, desobediência a leis municipais, aborto, infanticídio, assassinato de senhores e formação de quilombos), a abolição era praticamente uma questão discutida só entre brancos: no discurso político e científico das elites brasileiras, o negro livre não era levado em conta e estava à margem da civilização.

p. 28-30). Mais claramente, a existência de escravizados era um empecilho à modernização econômica e à imigração européia, estes sim considerados fatores de desenvolvimento nacional¹³.

O recém-liberto não era levado em conta nos projetos do estabelecimento da nação brasileira. Após a libertação, de certa forma, os escravizados viraram estrangeiros no Brasil. Assim como o indígena, o negro era considerado uma raça inferior, como vemos, por exemplo, no jornal *O Conservador* (Santa Catarina, 22/12/1888): “Um negro, uma vez livre, a primeira coisa que exige é um par de botinas. Calça-as, descansa e volta a andar. Os pés doem-lhe e a mesma cena se repete várias vezes. Afinal, esfalfado, senta-se à beira da estrada e suspira consolado, com as botinas na mão: ‘agora é que eu vejo como branco sofre!’” (apud PEDRO et al., 1988, p. 30).

Nina Rodrigues, da Escola de Medicina da Bahia, nessa mesma época, escreve sob a luz do determinismo científico e racial. A mestiçagem, para ele, era um perigo, pois seria causa de degeneração racial e moral, loucura, fraqueza psíquica e física (cf. MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996, p. 109). O autor chegou a propor a existência de dois códigos penais, um para os brancos e outro para os negros, porque essas raças teriam diferentes graus de evolução. Em *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil* (1894), declara:

Dos mestiços, eu não pretendo certamente que sejam todos irresponsáveis. Tanto importaria afirmar que são todos degenerados [...]. Mas acredito e afirmo que a criminalidade do mestiço brasileiro é, como todas as outras manifestações congêneres, sejam biológicas ou sociológicas, de fundo degenerativo e ligada às más condições antropológicas do mestiçamento no Brasil”. (apud MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996, p. 109).

134

Quais imigrantes aceitar?

Na Europa do início do século XX, a ideologia nacionalista impunha-se de modo determinante sob a égide de duas equações (cf. SEYFERTH, 1996, p. 41-42): 1 povo (raça) + 1 cultura (civilização) + 1 língua = 1 nação; e Nação = Estado. Cada nacionalismo possui seu mito de origem e seu desprezo pelos grupos intermediários e minorias¹⁴. Ao lado dos movimentos políticos, a ciência transforma a raça em conceito central nas ciências sociais. Assim, a idéia de nação fundada na raça suplanta a idéia de nação cultural, própria do Romantismo europeu. O racismo, com sua

¹³ No entanto, alguns consideravam que apenas o tráfico era incompatível com a civilização, ou seja, com a imigração europeia. Outros ainda defendiam a abolição da escravatura apenas para mudar a imagem negativa do Brasil na Europa.

¹⁴ Seyferth (1996, p. 42) apresenta o nacionalismo conforme definição de Boehm: “nacionalismo, em seu sentido amplo, se refere à atitude que atribui à individualidade nacional um lugar de destaque na hierarquia de valores”.

hierarquia e determinismo raciais, ganha o papel de uma nova chave interpretativa da história. A hierarquia racial era respaldada por antropólogos físicos, que classificavam o homem segundo seu fenótipo (cor da pele, volume craniano, índice cefálico, classe social). Como consequência, apoiado por pesquisadores como Gobineau, Chamberlain, Lapouge e Haeckel, um dogma firma-se: a diversidade anatômica e cultural humana é causada pela desigualdade racial. Soma-se a esse quadro o abuso dos conceitos de luta pela existência e seleção natural por parte dos darwinistas sociais. Idéias de lutas e seleções sociais, tais como a competição entre raças, a mestiçagem enquanto decadência da civilização, progresso humano enquanto controle da miscigenação e a criação de programas políticos eugenistas (limpeza étnica), começam a se propagar.

Na segunda metade do século XIX, a política de imigração do Império brasileiro estava atenta às questões raciais (cf. SEYFERTH, 1996, p. 44-48). A ocupação do território era fundamental para a construção da nação, mas com quem ocupá-lo? A escravidão, já dissemos acima, era um estorvo ao desenvolvimento econômico e do trabalho livre. A imigração europeia era vista como um instrumento de civilização. No entanto, no discurso nacionalista brasileiro, a miscigenação ainda era importante, mas como branqueamento. Trabalhador livre era sinônimo de trabalhador europeu, que também era visto como um fator de melhoramento da raça da nação brasileira. Nas áreas destinadas à colonização no Sul, havia indígenas e posseiros brasileiros: eles foram simplesmente desconsiderados. O uso de libertos também foi desconsiderado. Os negros, os indígenas e os mestiços eram desqualificados para o trabalho livre: eram incapazes de agir por iniciativa própria e fracassariam como pequenos proprietários.

Portanto, não era qualquer imigrante que seria aceito para a dupla missão de ocupar o território e melhorar o povo brasileiro, ou seja, de criar a nação brasileira. O modelo produtivo a ser perseguido era o da fazenda norte-americana. O governo imperial, em sua escolha dos imigrantes, seguia a classificação hierárquica de raças de Le Bon (cf. SEYFERTH, 1996, p. 44-53): 1. Primitivas (australianos); 2. Inferiores (negros): capazes apenas de rudimentos de civilização; 3. Médias (chineses, japoneses, povos semitas); e 4. superiores (indo-europeus): capazes de civilização plena e trabalho livre. Os africanos e os asiáticos eram desprezados por sua moral inadequada e incapacidade de trabalho livre. Os esforços do governo deveriam se centrar nos povos “civilizados”, isto é, nos europeus brancos. O desprezo pelas “raças inferiores” foi expresso mais uma vez em um jornal de Santa Catarina, *Jornal do Comércio* (04/01/1888): “Um rico lavrador de Kingston (Kentucky) substituiu os negros que trabalhavam em sua propriedade por sete corpulentos e robustos macacos, os quais ensinou a cavar e cardar linho e outros trabalhos de campo. A aprendizagem durou dois meses e, findos eles, os quadrúmanos trabalharam com mais perfeição e rapidez do que os negros” (apud PEDRO et al., 1988, p. 30).

No entanto, havia também hierarquia entre os próprios europeus brancos, cujos critérios eram a condição camponesa e a classe social. A preferência para imigração seguia a seguinte ordem (cf. SEYFERTH, 1996, p. 47): em primeiro lugar, os alemães, por inteligência e competência (bem sucedidos em S. Leopoldo, Blumenau e D. Francisca); em seguida, os italianos ou os norte-americanos, por serem considerados camponeses ordeiros e eficientes¹⁵; irlandeses, franceses e ingleses eram desqualificados como escória, lumpem, aventureiros e comunistas (experiências mal-sucedidas no Paraná e Santa Catarina); os portugueses, como nossos caboclos, negros e mestiços, eram considerados dignos apenas do trabalho pesado de desbravamento e desmatamento; os chineses e japoneses abastardariam a mestiçagem brasileira e serviriam apenas para o trabalho rural pesado (estes eram indicados apenas para a iniciativa privada).

Brasil republicano: o branqueamento como política social

Após a proclamação da República, a hierarquia de raças e a questão racial tornam-se mais explícitas nos discursos oficiais sobre imigração e colonização (cf. SEYFERTH, 1996, p. 48-55).

Tentava-se evitar o “futuro negro”, previsto por Lapouge para o Brasil, provocado pelo excesso de mestiçagem. O antropólogo João Batista de Lacerda, em 1911, previa que, com o processo de branqueamento, o Brasil teria uma população de fenótipo branco (característica essencial para uma nação civilizada) em 3 gerações. O Brasil, pensava uma parcela significativa de nossos governantes e cientistas, deve ser uma civilização branca. Para ser uma nação, faltava o povo: o imigrante europeu deveria assimilar as já existentes cultura, língua e religião brasileiras.

O branqueamento, inspirado no darwinismo social, deveria ocorrer da seguinte maneira: os mestiços mais bem dotados procurariam cônjuges de pele mais clara e os imigrantes contribuiriam para o branqueamento e submergiriam na cultura brasileira através da assimilação. Como consequência, os indígenas, os negros e os mestiços inferiores desapareceriam progressivamente. A História do Brasil dar-se-ia como a história da formação de um tipo racial que, aos poucos, por seleção, se livraria dos tipos inferiores. Sílvio Romero, em *História da Literatura Brasileira* (1949), resume esse projeto de uma nação brasileira:

Manda a verdade, porém, afirmar que uma almejada unidade, só possível pelo mestiçamento, só se realizará em futuro mais ou menos remoto: pois será mister que se dêem poucos cruzamentos dos dois povos inferiores entre si, produzindo-se assim a natural diminuição destes, e se dêem, ao contrário, em escala cada vez maior com indivíduos da raça branca [...] E, mais ainda, manda a verdade afirmar

¹⁵ A proibição da imigração para o Brasil pela Prússia, em 1870, fez com que os italianos passassem a ser preferidos.

ser o mestiçamento uma das causas de certa instabilidade moral na população, pela desarmonia das índoles e das aspirações no povo, que traz a dificuldade de formação de um ideal nacional comum. (apud SEYFERTH, 1996, p. 51).

Silva Rocha, em *História da Colonização do Brasil* (1918), também reforça a necessidade de um novo povo para o Brasil: “trata-se, agora, do aperfeiçoamento da espécie; trata-se de nacionalizar a população existente no Brasil; trata-se, finalmente, de obter sua representação por um tipo definitivo” (apud SEYFERTH, 1996, p. 54).

Ao lado do incentivo à imigração, entretanto, também havia o medo do chamado “perigo da imigração” (cf. SEYFERTH, 1996, p. 49-54). No Império e na República, havia correntes xenófobas que criticavam a introdução de valores estranhos à brasilidade em locais onde quase não havia brasileiros. Para Sívio Romero, os imigrantes deveriam ser distribuídos por todo território nacional, especialmente entre o Maranhão e o Espírito Santo, onde haveria maior predomínio de mestiçagem com raças inferiores. Caso contrário, o futuro do nordeste do Brasil seria o do Haiti, onde os escravizados negros, que eram maioria, se rebelaram contra o colonizador e fundaram um país livre em 1804. Os alemães eram os mais temidos devido ao acirramento do nacionalismo na Europa e à criação da Liga Pan-Germânica. Eram vistos como uma ameaça à mestiçagem seletiva e Romero comparava a presença alemã no Brasil com a invasão dos bárbaros germânicos ao Império Romano. Em *O Alemanismo no Sul do Brasil. Seus Perigos e Meios de os Conjurar* (1906), alertava: “destarte, o erro gravíssimo, o erro inexplicável dos governos brasileiros, o erro que nos há de trazer a perda das belíssimas regiões do Sul, foi se haver consentido na formação lenta por 80 dilatados anos, de fortes grupos da população que ficou irremediavelmente germânica, sem a menor fusão com as populações brasileiras” (apud SEYFERTH, 1996, p. 50). A classificação dos brancos agora não é mais feita por capacidade agrícola, mas por proximidade cultural: espanhóis, italianos e portugueses passam a ser os preferidos - alemães não, pois ameaçam a nacionalidade brasileira.

Se havia vigilância na imigração de brancos, na imigração de negros e asiáticos o cerco era maior ainda. Exemplar é um caso ocorrido no início do século XX: em 1921, um grupo de cidadãos norte-americanos de Chicago, descendentes de africanos, desejou imigrar para o Brasil e comprou terras no Mato Grosso para estabelecimento de uma colônia, que seria chamada de *Brazilian American Colonization Syndicate* (BACS) (cf. RAMOS, 1996, p. 63-68). Era comum, desde o Império, a propaganda do Brasil em jornais europeus e americanos anunciando vantagens na imigração. Jornais americanos dirigidos à comunidade negra dos Estados Unidos costumavam apresentar o Brasil como paraíso racial, como, por exemplo: “não existe ‘linha de cor’ como se conhece na América [...] Um homem negro pode ser presidente do Brasil e não desperta mais atenção do que a eleição de um homem branco aqui” (apud

RAMOS, 1996, p. 63). A iniciativa foi considerada uma sabotagem à política de branqueamento e a reação não tardou: os jornais denunciaram um suposto plano dos Estados Unidos de enviar para o Brasil todos seus negros; o governo do Mato Grosso cancelou suas concessões ao BACS e o Itamaraty negou os vistos de entrada e orientou todos os consulados para negarem vistos a qualquer imigrante negro (medida que vigorou até a Constituição de 1934, quando foram definidas cotas de imigração). Alguns políticos esforçaram-se no Congresso Nacional para que a restrição à imigração de negros fosse definitiva, pois a lei anterior que proibia a imigração de asiáticos e africanos havia sido revogada em 1907 com a chegada dos japoneses. Além da ameaça ao branqueamento, argumentava-se que o negro norte-americano traria ao Brasil o ódio racial e que sua postura altiva o impediria de aceitar sua inferioridade e a necessidade de assimilação. O FBI teria alertado o Brasil sobre o ativismo do BACS, que defendia a ideia de que os negros deveriam governar onde fossem maioria. Alguns documentos vieram a público e os representantes do BACS, baseados num acordo de imigração entre Brasil e Estados Unidos, questionaram publicamente a decisão do governo brasileiro. Na justificativa, o governo utilizou argumentos nacionalistas: estrangeiros não tinham o direito de questionar a política brasileira de imigração. O deputado Afrânio Peixoto, em 1923, discursou: “É neste momento que a América pretende desembaraçar-se de seu núcleo de 15 milhões de negros no Brasil. Quantos séculos serão precisos para depurar-se todo esse mascavo humano? Teremos albumina bastante para refinar toda essa escória? Não bastou a Libéria¹⁶, descobriram o Brasil?” (apud RAMOS, 1996, p. 68).

A eugenia como solução

É inegável que tanto a política quanto a ciência estavam envolvidas na proteção do que se considerava um projeto para o futuro da nação brasileira. A raça era vista como um elemento essencial no processo civilizatório do Brasil. Era uma questão de saúde social o controle do “estoque racial brasileiro”¹⁷. A eugenia era uma opção considerada por alguns, como, por exemplo, o professor Renato Kehl (1921):

¹⁶ A Libéria é a mais antiga república independente da África e originou-se por meio da filantrópica Sociedade Americana de Colonização, que, em 1816, inicia negociações para repatriação de libertos, o que começa a ocorrer em 1824. Sua capital, Monróvia, era um antigo entreposto português de mercadorias e escravizados. Após vários problemas com tribos e disputas territoriais com França, Inglaterra e Alemanha, o país tem sua independência em 1847. O nome da capital foi dado em homenagem ao presidente americano Monroe, famoso por sua doutrina: “A América para americanos”.

¹⁷ Sobre isso é altamente esclarecedor um excerto de *A Microfísica do Poder*, de Michel Foucault, utilizada por Ramos (1996, p. 80): “Numa sociedade como a do século XVII [França], o corpo do rei não era uma metáfora, mas uma realidade política: sua presença física era necessária ao funcionamento da monarquia [...] Não há um corpo na República. Em compensação, é o corpo da sociedade que se torna, no decorrer do século XIX, o novo princípio. É esse corpo que será preciso proteger de um modo quase médico: em lugar dos rituais através dos quais se restaura a integridade do corpo do monarca, serão aplicadas receitas terapêuticas, como a eliminação dos doentes, o controle dos contagiosos, a exclusão

Se fosse possível dar um balanço em nossa população, entre os que produzem, que impulsionam a roda do progresso de um lado e de outro os parasitas, os indigentes, criminosos e doentes que nada fazem, que estão nas prisões, nos hospitais e nos asilos, os mendigos que perambulam pelas ruas [...] os amorais, os loucos, a prole de gente inútil que vive do jogo, do vício, da libertinagem, da trapaça [...] A porcentagem destes últimos é verdadeiramente apavorante [...] os médicos e eugenistas convencidos dessa triste realidade procuram a solução para esse problema e de como evitar esse processo de degeneração [...] é preciso evitar a proliferação desses doentes, incapazes e loucos [...] Após a guerra às epidemias, as reformas médico-sociais e eugênicas entram em efervescência [...] Com esses exemplos chego à conclusão eugênica: a esterilização fará desaparecer os elementos cacopatos da espécie humana, ou melhor sua proporção será reduzida. (apud SCHWARCZ, 2001, p. 32).

Propostas como essas só foram superadas na terceira década do século XX através do fortalecimento do sanitarismo, que se preocupava com as condições sociais, e através do culturalismo, que serão apresentados adiante. Segundo Schwarcz (2001, p. 35-40), a discussão racial, durante a Primeira República, esvaziou o importante discurso sobre a cidadania que deveria ter sido impulsionado com a proclamação da República. Faltou um espaço público para o exercício da cidadania. Ao invés disso, tivemos, segundo Sérgio B. Holanda, a imposição de uma ordem privada e, segundo Antônio Cândido e Roberto da Matta, a Dialética da malandragem, ou seja, “nada é por princípio certo ou errado”. A crítica do racismo nos anos 20 e 30 do século XX, segundo ainda Schwarcz, não significou seu esvaziamento, pois ele ganhou a esfera da vivência cotidiana e das relações pessoais: o discurso científico foi substituído pelas piadas.

139

A crítica ao racismo

O pensamento racista do início do século XX não formava um bloco único e nem estava isento de opositores. Um dos exemplos mais importantes da crítica ao racismo é o jornalista Lima Barreto (1881-1922). Mestiço, socialista, alcoólatra e considerado louco, Barreto realizava, em seus textos, uma crítica social e ao preconceito contra mestiços e pobres.

Em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915), um livro situado entre o Naturalismo e o Modernismo, levanta-se contra o preconceito racial, contra a concepção positivista de progresso e contra a concepção romântica do Brasil como um grande país. A obra descreve o sonho de Policarpo Quaresma, um patriota exaltado, dominado pela idéia de um Brasil acolhedor e amável: um recanto de

dos delinqüentes. A eliminação pelo suplício é, assim, substituída pelos métodos de assepsia: a criminologia, a eugenia, a exclusão dos degenerados”.

farturas, facilidades, compreensão e amor. A personagem tem como projeto a reforma do país: “despertar a pátria do sonho inconsciente em que jazia, ignorante de seu potencial, e conduzi-la ao merecido lugar de maior nação do mundo”. São três as tentativas e os malogros: 1ª) Reforma Cultural (implantação do Tupi como língua nacional): Policarpo é internado como louco; 2ª) Reforma Agrícola: Quaresma perde tudo devido ao solo ruim, às saúvas e à mesquinha de seus conterrâneos; e 3ª) Reforma Política: apesar de ser partidário de Floriano Peixoto, Quaresma é fuzilado na Revolta da Armada (1893) por criticar o autoritarismo do presidente.

Nas páginas de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, emerge a face real do país. A realidade de um Brasil cruel, inóspito, opressor, precário e odioso, retratada no interior do Rio de Janeiro, onde há miséria, falta de cultivo, pobreza das casas, ar triste das pessoas:

Não podia ser preguiça só ou indolência. Para o seu gasto, para uso próprio, o homem tem sempre energia para trabalhar. As populações mais acusadas de preguiça, trabalham relativamente. Na África, na Índia, na Cochinchina, em toda a parte, os casais, as famílias, as tribos, plantam um pouco, algumas coisas para eles. Seria a terra? Que seria? E todas essas questões desafiavam a sua curiosidade [Olga], o seu desejo de saber, e também a sua piedade e simpatia por aqueles párias, maltrapilhos, mal alojados, talvez com fome, sorumbáticos! (BARRETO, 1997, p. 97).

Onde o trabalhador não é proprietário da terra, pois dominam os latifúndios, o mito da terra fértil que não necessita de adubo, as formigas e a falta de ferramentas: “isso é bom para italiano ou *alamão*, que governo dá tudo. [...] Governo não gosta de nós” (BARRETO, 1997, p. 98). Onde os mestiços são considerados inferiores: “Ele [Mané Candieiro, empregado rural de Quaresma] era claro e tinha umas feições regulares, cesarianas, duras e fortes, um tanto amolecidas pelo sangue africano. Quaresma procurou descobrir nele aquela odiosa catadura que Darwin achou nos mestiços; mas, sinceramente, não a encontrou” (BARRETO, 1997, p. 104). Onde grassa a ideologia positivista:

Para a maioria [dos militares] a satisfação vinha da convicção de que iriam estender a sua autoridade sobre o pelotão e a companhia, a todo esse rebanho de civis; mas em outros muitos havia sentimento mais puro, desinteresse e sinceridade. Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao progresso e também ao advento do regime normal, a religião da humanidade, [...] Os positivistas discutiam e citavam teoremas de mecânica para justificar as suas idéias de governo, em tudo semelhantes aos canatos e emirados orientais. (BARRETO, 1997, p. 115).

Onde os rejeitados sociais deveriam ser eliminados:

[Sobre a execução dos vencidos na Revolta da Armada] não havia mais piedade, não havia mais simpatia, nem respeito pela vida humana; o que era necessário era dar o exemplo de um massacre à turca, porém clandestino, para que jamais o poder constituído fosse atacado ou mesmo discutido. Era a filosofia social da época, com forças de religião, com os seus fanáticos, com os seus sacerdotes e pregadores, e ela agia com a maldade de uma crença forte, sobre a qual fizéssemos repousar a felicidade de muitos. (BARRETO, 1997, p. 168).

O Sanitarismo no Brasil: o papel das condições sociais

No início do século XX, as guerras e os problemas de recrutamento ocorridos em solo europeu geravam debates sobre determinismo e melhoria racial, nos quais as condições de saúde tiveram grande atenção. No Brasil, na esteira dessas discussões, perguntávamos se seríamos inferiores e improdutivos devido ao nosso clima e estoque racial e se o sertanejo seria capaz de defender a nação em caso de invasão (cf. LIMA; HOCHMAN, 1996, p. 23-26). Médicos sanitaristas, tais como Carlos Chagas e Oswaldo Cruz, na década de 1910, diziam que o brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Miguel Pereira, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, proclamava em 1916: “O Brasil é um imenso hospital”. Escritores também denunciavam o abandono do sertanejo pelas elites: Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, e Monteiro Lobato, com Jeca Tatu (“O Jeca não é assim: está assim”¹⁸). Agora, a doença era considerada o maior obstáculo à civilização.

O movimento pelo saneamento do Brasil pautava-se pela rejeição do determinismo racial e climático. Os sanitaristas opunham um conhecimento empírico do “Brasil real” ao ufanismo romântico típico da medicina da segunda metade do século XIX e ao pessimismo fatalista dos deterministas raciais. Porém, atribuir à ciência, mais especificamente à medicina, o papel de organização do Brasil também estava no contexto da crítica à República e às oligarquias. Uma das críticas incidia sobre a política de saúde: a autonomia estadual e municipal nas ações de saúde impediria uma ação mais efetiva. A erradicação das doenças, segundo esses sanitaristas, dependeria de uma atuação centralizada e coordenada.

Na Primeira República, era comum a opinião de que o Brasil ainda não constituía uma nação. Para alguns, baseados em Le Bon, Agassiz e Gobineau, como já

¹⁸ Essa posição de Monteiro Lobato refere-se ao segundo Jeca Tatu, pois, em sua primeira versão, as deficiências do Jeca eram devido à sua constituição natural (cf. LIMA; HOCHMAN, 1996, p. 30-32).

vimos, o obstáculo racial era insuperável: a única solução seria a imigração maciça. O problema da nacionalidade estava no povo, que deveria ser substituído. Os sanitaristas propunham um novo movimento de construção da nacionalidade (cf. LIMA; HOCHMAN, 1996, p. 26-33). A característica marcante do povo brasileiro seria a doença e o imigrante naturalizar-se-ia ao contrair verminoses. Essa situação seria superada através da ciência médica e das políticas públicas de saúde e saneamento.

Gilberto Freire, em *Casa Grande & Senzala* (1933), exemplifica bem o novo pensamento:

[...] vi uma vez, depois de quase três anos de ausência no Brasil, um bando de marinheiros nacionais – mulatos e cafuzos – descendo não me lembro se do *São Paulo* ou do *Minas* pela neve mole do Brooklin. Deram-se a impressão de caricaturas de homens e veio-me à lembrança a frase de um viajante inglês ou americano que acabara de ler sobre o Brasil: ‘the fearfully mongrel aspect of population’ [o aspecto horrivelmente mestiço da população]. A miscigenação resultava naquilo. Faltou-me quem me dissesse, então, como em 1929, Roquete Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas mulatos ou cafuzos doentes” (apud LIMA; HOCHMAN, 1996, p. 37).

Anos 30: o Culturalismo no Brasil

A Antropologia cultural de Franz Boas, na segunda década do século XX, muda o discurso do racismo científico (cf. MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996, p. 109-110), pois com ela temos as seguintes conseqüências: a dissociação entre raça e cultura; a ideia de que a síntese de culturas baseada na cooperação entre os diversos povos seria natural e inevitável; a percepção de que o preconceito racial toma a forma do preconceito social (determinação material da posição de classe); e o conceito de etnia desloca o conceito de raça. Sob essa influência, no Brasil dos anos 20 a 50, a miscigenação volta a ser vista de forma positiva e discursos racistas passam a sofrer forte rejeição. A cultura passa a ser considerada a parte preponderante da formação do homem, em detrimento da natureza.

Martinez-Echazábal (1996, p. 110-120) mostra que esse movimento foi comum a toda América Latina. A ideia de que essa região era um “cadinho de culturas” estava presente na “Antropofagia” de Oswald de Andrade, na “Raça cósmica” do mexicano José Vasconcelos, na “Cor cubana” de Nicolas Guillén e no “Real maravilhoso” do cubano Alejo Carpentier, entre outros movimentos culturais. Essas novas concepções da mestiçagem acreditavam que essa fusão de culturas superaria os conflitos sociais.

No Brasil, Gilberto Freire, em livros tais como *Manifesto Regionalista* (1926); *Casa-Grande & Senzala* (1933); *Sobrados & Mucambos* (1936), retratava o país como

uma sociedade heterogênea e harmônica e criava o “Mito” da democracia racial brasileira. O “ser negro” residia além da pele, ou seja, na consciência de pertencer a uma classe social e acreditar numa mitologia africana. Raça, agora, passa significar identidade cultural e social. Brookshaw, em *Raça e Cor na Literatura Brasileira* (1983), mostra esse deslocamento do conceito de raça na obra de Jorge Amado:

Ao contrário dos proletários e instruídos heróis de Cacao [1933] e Suor [1934], a personagem principal de Jubiabá [1935], o negro Antônio Balduino, recorre àquela tradição que está mais próxima a ele no desenvolvimento de sua consciência política. Ele não segue os exemplos de Marx ou Lenin, mas o exemplo de Zumbi dos Palmares [...] *Mar morto* [1936] focaliza a vida dos pescadores do porto de Salvador, cujos destinos são guiados pela deusa da água, Iemanjá, a despeito de serem brancos e negros. Em *Capitães de areia* [1937], Jorge Amado aborda o tema das crianças abandonadas. O herói, Pedro Bala, atinge um nível de consciência social através de sua identificação com a mitologia africana, de modo semelhante a Balduino. A diferença é que Bala é branco. (cf. MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996, p. 118-119).

Raça: conceito “realista”, “instrumental” ou simplesmente “ideológico”?

143

Após o breve histórico apresentado acima, podemos fazer as seguintes considerações:

- A identificação pela raça e pela cor não é algo “natural”, mas teve sua origem em relações sociais concretas;
- O significado de “raça” é fluido, resultado de teorias, interesses e discursos sociais da época em questão; e
- O conceito de raça, assim como o conceito de gene, tem realidade no mundo biológico? Há raças e genes na natureza? Ou são construções teóricas aplicadas empiricamente e passíveis de uso ideológico?

Nossa intenção, obviamente, não é dar uma resposta à última questão. Mas gostaríamos de fazer algumas considerações acerca das duas primeiras considerações.

Devemos chamar atenção para algo muito importante: mesmo aqueles que criticavam o determinismo racial e consideravam a doença a principal causa da ausência de civilização e que deslocaram teoricamente “raça” para “cultura” utilizavam conceitos racializados, ou seja, conceitos que impunham diferenças entre grupos humanos da mesma forma que a raça fazia. O mesmo deve ser dito de outro deslocamento teórico que ocorre em meados do século XX: de “Raça” para

“População” (cf. SANTOS, 1996, p. 125)¹⁹; vejamos, por exemplo, a definição de E. Hooton (1936):

Raça é uma divisão física da humanidade, cujos membros se distinguem por possuírem uma combinação similar de características anatômicas devido a uma hereditariedade comum [...] Não existe um critério físico único para distinguir as raças: as mesmas são delimitadas pela associação nas múltiplas variações no formato e estrutura do corpo, tal como a quantidade de pigmento no cabelo, na pele e nos olhos; tipo de cabelo; formato de nariz; variação em estatura; relação entre comprimento e largura da cabeça; etc. (apud SANTOS, 1996, p. 128).

O conceito de “população” é oriundo da biologia evolucionista, indicando variabilidade e dinamismo. Porém, o seu uso como algo similar à raça é contraditório com os próprios fundamentos do Evolucionismo. Santos (1996, p. 126-129) mostra que os conceitos de “raça” e “evolução” são quase paradoxais. Na verdade, o processo ocorreu como aproximação de perspectivas antagônicas. A mudança e a variabilidade introduzidas por Darwin tornam difícil a justaposição perfeita entre raça e evolução: o biólogo inglês não tinha definições exatas para espécie, gênero, raça, etc.; em outras palavras, esses conceitos são arbitrários. Conceitos que implicam fixidez e estabilidade são próprios do criacionismo, teoria na qual as espécies possuem entre elas limites bem definidos.

A Antropologia física seria a principal responsável pela resistência da essência do conceito de “raça” mesmo num contexto em que a variabilidade do conceito de “população” seria mais adequada:

[...] os antropólogos físicos estavam comprometidos com uma ciência cuja essência enfatizava a fixidez e a estabilidade, com “tipos” raciais cuja realidade e permanência permitiam estabelecer classificações raciais categóricas de grupos humanos [...] A Evolução, por outro lado, era uma teoria de mudança contínua, em princípio profundamente contrária ao pensamento tipológico e essencialista (N. Stepan, *The idea of Race in Science* (1982), apud SANTOS, 1996, p. 127).

Essa disciplina tem a tendência de deixar de lado, tanto teoricamente quanto metodologicamente, os parâmetros de “dispersão”, “desvio-padrão”, etc., dando uma ênfase maior nos de “média”, “mediana”, etc. Ales Hrdlicka, um antropólogo do início do século XX, afirmou que a estatística seria a ruína da Antropologia física (cf.

¹⁹ S. M. Garn (1971): “a perspectiva contemporânea para raça deriva da genética de populações, na qual raça é vista como uma população em isolamento reprodutivo, nem mais, nem menos” (apud Santos, 1996, p. 128).

SANTOS, 1996, p. 127). Muitos autores resistiram a abandonar um conceito tipológico, descritivo e determinista²⁰.

Em meados do século XX, já estava evidente a falta de uma base biológica para as tipologias raciais morfo-descritivas baseadas na Anatomia. No entanto, parâmetros bioquímicos, de certo modo, revitalizaram o conceito de raça (cf. SANTOS, 1996, p. 128). Houve uma migração metodológica da superfície do corpo para seu interior microscópico. Por exemplo, Willian Boyd (1950) procura uma determinação objetiva e livre da influência do meio para a definição de grupos humanos e propõe o uso dos grupos sanguíneos, pois estes teriam um padrão de herança mendeliano bem determinado.

A resistência em abandonar conceitos que definem diferenças genéricas e deterministas entre grupos humanos pode ser avaliada na discussão sobre as declarações da raça da UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) na década de 50 (cf. SANTOS, 1996, p. 129-132). Em 1949, parcialmente devido ao nazismo, a UNESCO resolve debater o conceito de raça tendo como objetivo estudar, coletar e difundir material científico para preparar uma campanha educacional. A comissão responsável tinha entre seus membros nomes tais como Artur Ramos, Claude Lévi-Strauss, Julien Huxley e Theodosius Dobzhansky²¹. Sob a influência da antropologia de Boas (especialmente a crítica à tipologia determinista) e da síntese neodarwinista²² (especialmente o conceito de população), chegam à conclusão de que “raça” é conceito secundário à “população”: não é operacional e é mais um mito social do que fenômeno biológico. Em julho de 1950, foi publicada a posteriormente chamada *Primeira Declaração sobre Raça*:

1. A espécie humana é constituída por populações (no sentido neodarwista) e as diferenças biológicas são devido à ação de forças evolutivas;

²⁰ Lembremos, por exemplo, do livro *The Bell Curve* (1994), de R. J. Herrnstein e C. Murray, cujo lançamento nos Estados Unidos levantou uma grande polêmica. O título poderia ser traduzido literalmente como *A curva em forma de sino*, uma referência à importante curva de Gauss, pois o principal método utilizado pelos autores foi a medida estatística de QI (Quociente de Inteligência). Uma das conclusões do trabalho foi a de que a sociedade norte-americana estaria se dividindo entre uma elite cognitiva saudável e uma grande massa estúpida (cf. Beardsley, 1998, p. 30-31). As conseqüências políticas e sociais dessa conclusão estão explícitas no livro: a elite, por ser mais inteligente, seria menos pobre e menos propensa à criminalidade; por motivos genéticos, grande maioria da massa seria composta por pessoas de origem não-caucasiana; seria um desperdício investir dinheiro nessa massa, pois os resultados esperados nunca seriam atingidos (pois sua falta de inteligência teria como causa fatores genéticos). Em suma, grandes investimentos na educação e nas condições de vida das pessoas seriam inócuos, pois de 60 a 80 % da inteligência seria determinada pelos genes.

²¹ O médico brasileiro Artur Ramos iria chefiar a primeira reunião, mas morreu meses antes dela se realizar. Huxley e Dobzhansky eram dois dos biólogos responsáveis pela chamada Síntese evolucionista, ou seja, a conciliação entre a genética e a teoria de Darwin.

²² O neodarwinismo é a associação do conceito darwiniano de seleção natural com a genética desenvolvida no século XX, excluída a doutrina da transmissão dos caracteres adquiridos.

2. Raça designa um grupo ou população que se caracteriza por concentração de genes ou atributos físicos que podem variar ao longo do tempo;

3. A história humana e estudos biológicos demonstram que o espírito cooperativo é natural e arraigado nos seres humanos. O ódio racial não é uma característica intrínseca (natural) da espécie humana; e

4. Os grupos humanos não diferem em suas características mentais inatas, seja inteligência ou comportamento.

Essa declaração professava uma espécie de “Humanismo evolucionista”, isto é, considerava o homem universal e biologicamente equipado para a igualdade e pleno direito à cidadania.

Entretanto, as reações contra a *Primeira Declaração* não tardaram. Acusada de representar apenas pequena parte dos antropólogos, de ter apenas boas intenções e de fazer ideologia e não ciência, recebeu críticas que batiam principalmente nos seguintes pontos: a declaração não distinguia as dimensões biológica e social do conceito de raça e anulava a primeira; não estaria cientificamente provado que não haveria diferenças raciais quanto às capacidades mentais; e não haveria fundamentos biológicos para a idéia de que os seres humanos nascem destinados para uma fraternidade universal. A UNESCO, em 1951, convoca uma nova reunião. Se na primeira reunião houve predomínio de “sociólogos”, na segunda participaram apenas antropólogos físicos e geneticistas. No ano seguinte, a *Segunda Declaração sobre Raça* é publicada com as seguintes conclusões:

1. “Raça” é um conceito biologicamente válido, mas sob entendimento da Genética;
2. O conceito de raça é unanimemente considerado pelos antropólogos como uma ferramenta de classificação através da qual estudos sobre o processo evolucionário podem ser realizados;
3. Sobre as diferenças de inteligência, temperamento e cultura: inconclusivo, pois não haveria comprovação da relação ou não com a raça; e
4. Os conceitos neodarwinistas substituíram os conceitos tipológicos.

Atualmente, a Antropologia Física é ainda bastante forte nos Estados Unidos, com presença significativa de correntes tipológicas (cf. SANTOS, 1996, p. 132-137). A. Goodman (1995) aponta uma “esquizofrenia do conhecimento”: considera-se o conceito de raça ultrapassado, mas ele é utilizado freqüentemente. No Brasil, a Antropologia física teve destaque até os anos 30 e 40 do século XX, principalmente nas seguintes instituições: Museu Nacional, Museu Emílio Goeldi, Museu Paulista e faculdades de Medicina. Nas décadas de 50 a 80, com as mudanças acima descritas, a disciplina em nosso país acabou originando duas linhas de pesquisa: 1. Análise osteométrica de remanescentes humanos (arqueologia, Museu Nacional): embora

houvesse certo continuísmo na classificação tipológica, não relacionava características físicas com comportamento; nos anos 90, essa linha de pesquisa constituiu pesquisas sobre evolução, pré-história e saúde; e 2. Genética de populações: grupos de pesquisa nas universidades públicas (USP, UFRGS, UFPA, UFBA).

Os perigos do conceito de raça

O conceito de raça, no início deste trabalho, foi chamado, com um certo exagero, de “metafísico”. Queremos com isso ressaltar os aspectos de fixidez e imutabilidade com que as raças humanas são consideradas. Insistimos na visão de que acreditar em limites objetivos e definidos que separam grupos humanos é desconsiderar a variabilidade existente em *cada* ser humano. A persistência desse pensamento na ciência atual nos colocaria sob risco de situações não muito diferentes das acima descritas. Podemos indicar quatro perigos:

1. Uso de perspectivas tipológicas em pesquisas de genética de populações;²³
2. Substituição de caracteres anátomo-morfológicos por bioquímicos e derivados da engenharia genética: alguns pesquisadores propuseram a substituição das características raciais típicas pela presença ou ausência de certas moléculas no organismo (cf. DIAMOND, 1995, p. 14-15). Por exemplo: pelo critério clássico “cor de pele”, suecos (pele branca, cabelo claro e liso) e nigerianos (pele escura, cabelo escuro e crespo) estariam em grupos diferentes; mas se o critério fosse o gene para anemia falciforme, que dá proteção contra malária, teríamos suecos e xhosas (África do Sul) no grupo negativo para a presença do gene e gregos, italianos e a maioria dos africanos no grupo positivo. Embora a intenção de grande parte desses estudos seja mostrar a arbitrariedade do conceito clássico de raça, em alguns casos, apenas desloca os critérios tipológicos;
3. “Gene do crime”: Alguns geneticistas acreditam em um perfil genético associado a uma maior propensão à violência e a uma conduta antissocial (cf. GARCIA, 2004, p. 53-54). No Japão, a polícia pesquisa técnicas de perfil físico e racial de suspeitos com DNA recolhido no local do crime. No Reino Unido, há recolhimento de DNA de qualquer suspeito ou condenado (a maioria deles, não por coincidência, é imigrante pobre). Estaríamos diante de uma volta a Lombroso e à eugenia?; e
4. Determinismo grupal ou cultural: Mesmo que o conceito de população seja probabilístico, ele se refere a um conjunto de indivíduos e não ao indivíduo. Hannah Arendt, em *As origens do totalitarismo* (1951), afirmou que entender o sujeito como resultado de seu grupo “racio-cultural” é negar a vontade do indivíduo, substituí-la pelo determinismo do grupo somático de origem. Isso significa passar por cima da

²³ Para exemplos, cf. SANTOS, 1996, p. 136.

cidadania. Pior ainda: mais do que a manutenção de uma hierarquia social, é a sua naturalização.

Devemos estar atentos contra a falácia naturalista, ou seja, não devemos confundir o ser com o dever ser. O fato de haver diferenças entre os homens não significa que elas devam ser consideradas importantes ou determinantes. Devemos lembrar que a própria escolha do critério natural não é absolutamente objetiva. Isso significa que podemos decidir sobre o dever ser, ou se preferirmos, podemos constituir uma segunda natureza. Mesmo que não fossemos equipados biologicamente para a cooperação, podemos escolher que essa seja uma característica que devemos valorizar. Além disso, o que importa é a história de cada um, suas escolhas, seus acontecimentos, e não uma classificação artificial que impõe características gerais. Respeite-se cada indivíduo e sua história particular, independente de sua vinculação a qualquer grupo fundamentado arbitrariamente, seja através de conceitos culturais ou pretensamente naturais (científicos).

Referências

BARRETO, L. Triste fim de Policarpo Quaresma. São Paulo: Klick, 1997.

BEARDSLEY, T. "For whom did the Bell Curve toll?", in *Scientific American: Exploring intelligence*, New York, v. 9, n. 4, p. 30-31, 1998.

DARWIN, C. R. *The descent of man and on selection in relation to sex*. vol. I. London: John Murray, 1871.

DARWIN, C. R. *The origin of species*. 17th edition. London: Penguin Books, 1985. (Conforme 1ª edição de 1859)

DESMOND, A. e MOORE, J. *Darwin: a vida de um evolucionista atormentado*. Tradução de H. Santos, G. Pereira e Maria A. Gelman. São Paulo: Geração Editorial, 1995.

DIAMOND, J. "As novas raças humanas", in *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Mais!, p. 14-15, 05.03.1995.

FLAUBERT, G. *Madame Bovary*. Tradução de A. Nabuco. São Paulo: Nova Cultural, 1994.

FREZZATTI Jr., W. A. *Nietzsche contra Darwin*. 2ª edição ampliada e revista. São Paulo: Loyola, 2014.

GARCIA, R. "Crime, genética e castigo", in *Galileu*, n. 153, p. 53-57, abril 2004.

GASMAN, Daniel. *The scientific Origins of the of National Socialism*. New York: Routledge, 2017.

HAECKEL, E. H. *Les merveilles de la vie: Etudes de philosophie biologique*. Paris: Schleicher frères, 1904.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. “Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República”. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p. 23-40.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, L. “O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual?”. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p. 107-124.

MONTEIRO, J. M. “As ‘raças’ indígenas no pensamento brasileiro do Império”. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p. 15-22

NIETZSCHE, F. W. *Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe (KSA)*. G. Colli und M. Montinari (Hg). Berlin: Walter de Gruyter, 1999. 15 Bd.

PEDRO, J. M. et al. “Abolição e branqueamento”, in *Negros brasileiros: encarte especial de Ciência Hoje*, SBPC, Rio de Janeiro, v. 8, n. 48, p. 28-30, 1988.

RAMOS, J. S. “Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20”. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p. 59-82

RANCIÈRE, J. “À cata de bodes expiatórios” in *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Mais!, p. 9, 30.06.1996.

SANTOS, R. V. “Da morfologia às moléculas, de raça à população: trajetórias conceituais em Antropologia Física no século XX”. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p. 125-140.

SCHWARCZ, L. K. M. “Dando nome às diferenças”. In: SAMARA, E. M. (org). *Racismo & Racistas*. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 9-43.

SCHWARCZ, L. K. M. “O espetáculo da miscigenação”. In: DOMINGUES, H. M. B.; SÁ; M. R.; GLICK, T. (org.). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003, p. 165-180.

SEYFERTH, G. “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p. 41-58.

SILVA, A. R. C. da. “O homem que inventou o Brasil” in *Nossa História*, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, n. 9, p. 84-87, julho 2004.

ZENHA, C. “Os marqueteiros do Imperador” in *Nossa História*, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-75, junho 2004.

Submissão: 31. 08. 2022 / Aceite: 05. 09. 2022